

REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA ACERCA DA VIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE E PÓS PANDEMIA

Maria Clara Hilário Toscano Meneses¹
Victória Maria Dutra Lira²
Brena Maria Ribeiro Cirne³
Virna Karoline Franco Oliveira⁴
Bárbara Maria Rocha Neres⁵
Livânia Beltrão Tavares⁶

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os trabalhos publicados durante e pós pandemia acerca da vivência infantil e adolescente nesse período. Portanto, especificamente, é preciso visualizar as principais expressões psicossociais e emocionais desse público-alvo, além de destacar as principais diferenças de acesso ao ensino remoto emergencial de qualidade e a ligação com o contexto socioeconômico, assim como refletir sobre as influências do ensino remoto para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que reduzam os déficits no aprendizado e promovam a motivação. Dessa forma, o artigo é uma revisão de literatura sistemática integrativa que usa como base de dados o LILACS (Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), propositalmente a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) é a fonte principal da pesquisa, com a seleção de palavras-chave, como “aprendizagem”, “covid-19”, “crianças”, “adolescentes”. Com isso, gerando artigos que passaram por triagem para seleção final minuciosa e direcionada para o escopo do estudo, dessa forma, três trabalhos científicos restaram como produto final. Por meio da pesquisa bibliográfica, ao comparar os três textos científicos, observamos que a desmotivação dos alunos, a evasão e exclusão escolar, os atravessamentos biopsicossociais, os marcadores sociais da maioria da população impactada de forma negativa e o desenvolvimento de políticas públicas mitigadoras da dificuldade da continuidade plena do ensino remoto emergencial são pontos em destaque. Por fim, consideramos que o ensino remoto emergencial escancarou disparidades econômicas que afetam a educação de crianças e adolescentes por todo o país, e os empecilhos durante esse período apontam para a necessidade de políticas públicas robustas que visem abordagens educativas integrativas que trabalhem com a motivação e a satisfação no processo de ensino-aprendizagem, mas também que existam intervenções que minimizem as diferenças de acesso ao ensino de qualidade entre alunos e alunas brasileiras.

Palavras-chave: Pandemia, Vivência Infantil- Adolescente, Ensino Remoto, Revisão de Literatura.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, maria.meneses@aluno.uepb.edu.br;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, victoria.lira@aluno.uepb.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, brena.lima@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, virna.oliveira@aluno.uepb.edu.br;

⁵ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - PB, barbara.neres@aluno.uepb.edu.br;

⁶ Professora orientadora: Doutora em Psicologia pela Universidad de Ciencias Sociales y Empresariales - UCES, Universidade Estadual da Paraíba - PB, livania@servidor.uepb.edu.br.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar minuciosamente os estudos publicados durante e pós pandemia acerca da vivência da criança e do adolescente no contexto pandêmico. Já os objetivos específicos foram os de visualizar quais as principais expressões psicossociais e emocionais nestes indivíduos isolados socialmente; destacar as principais diferenças de acesso ao ensino remoto emergencial de qualidade de jovens em situação de vulnerabilidade em comparação com crianças mais abastadas; e de refletir sobre as influências do ensino remoto para a criação ou não de estratégias pedagógicas que reduzam os déficits no aprendizado e promovam a motivação. A pandemia da COVID-19 foi um marco na história mundial, uma crise sanitária que começou em 2019 no mundo inteiro, porém, no Brasil, o primeiro caso documentado é datado de fevereiro de 2020. Os países por todo o globo adotaram o *lockdown*, isto é, a quarentena tornou-se uma estratégia de impedir a contaminação pelo vírus SARS- CoV- 2, o qual, ainda no ano de 2020, era um mistério para a Ciência, a mídia e a sociedade como um todo (Silva, 2022, p. 2).

A COVID-19 afetou também as interações sociais, já que o distanciamento foi uma medida preventiva, o que fez com que muitas pessoas ficassem reclusas em suas casas e só pudessem entrar em contato com amigos e parentes distantes através das redes sociais e telefone, isto é, quando tinham acesso à internet. De fato, o distanciamento social escancarou as desigualdades sociais, pois nem todas as crianças tinham acesso à internet, aos equipamentos tecnológicos necessários para o ensino remoto ocorrer e, portanto, os jovens provenientes de escolas públicas foram extremamente prejudicados pela falta de recursos que subsidiassem o seu pleno desenvolvimento educacional (Pacheco, Hübner, 2020, p. 60-61).

De maneira contínua, além das dificuldades para ter acesso às tecnologias, como os aplicativos de vídeo-chamada e sites com os conteúdos das aulas, é primordial enfatizar que algumas crianças e adolescentes dependiam da escola também para se alimentar, pois possuíam como alimentação principal do dia, e às vezes a única, a merenda escolar. Já outros jovens presenciaram familiares próximos e/ou distantes morrerem durante a pandemia, ou passarem por dificuldades financeiras, como a perda do emprego. Portanto, torna-se crucial analisar atentamente todos os rebatimentos desse período para essa faixa etária brasileira e como tais acontecimentos influenciaram o desenvolvimento educacional destes (Magalhães, 2021, p. 1265).

Ademais, as pesquisas demonstram que o distanciamento social, apesar de necessário para prevenir a contaminação pelo vírus SARS- CoV- 2, provocou fatores estressores nas

crianças e suas famílias, como a regulação do tédio, da monotonia, o contato reduzido com amigos, colegas e outros familiares, assim como a redução da mobilidade física, visto que as atividades de lazer e/ou esportes em outros locais foram paralisadas (Fonseca, Sganzerla, Enéas, 2020, p. 32).

Diante do apresentado, é válido analisar a continuidade da educação brasileira para crianças e adolescentes, em suas casas durante o ensino remoto, por fins de diminuir o escopo da pesquisa. A relevância desta revisão de literatura integrativa mostra-se pela necessidade de existir mais debates sobre os diferentes impactos da pandemia em relação ao público mencionado, considerando que são sujeitos em desenvolvimento, e que diferentes realidades, seja o não acesso às tecnologias, ou as famílias que passaram fome isoladas socialmente, até mesmo pais e mães com dificuldades em relacionar-se com os filhos, entre outros, influenciaram a forma como o isolamento social atravessou os sujeitos vistos como o foco.

Dessa forma, a pesquisa desempenhada foi organizada, em um primeiro momento, através de reuniões entre as extensionistas e a professora-orientadora do projeto de extensão Dificuldades de Aprendizagem⁷, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em que se discutiu sobre os acontecimentos mais recentes e devastadores na sociedade brasileira, como a pandemia. Portanto, devido ao projeto ser direcionado para jovens com dificuldades de aprendizagem inseridos ou não em contextos com pouco suporte emocional e estímulo direcionado à aprendizagem, decidiu-se dar atenção maior às problemáticas promovidas e/ou relacionadas com esse período principalmente voltado para crianças e adolescentes.

Por fim, o visualizado por meio das leituras foi o desenvolvimento de políticas que visavam diminuir os efeitos negativos do afastamento físico dos alunos de suas escolas, com o intuito de adaptar o ensino remoto para que este contivesse a riqueza das práticas pedagógicas diversificadas, mas para um meio virtual. Assim, apesar das dificuldades e déficits no aprendizado reconhecidas, a intenção do Estado e da sociedade deve ser a reflexão acerca do período pandêmico e seus rebatimentos e, com isso, a criação de novas estratégias e políticas públicas que visem diminuir as disparidades de ensino entre alunos e alunas brasileiras, tal como a promoção de intervenções educativas que minimizem os atrasos no desenvolvimento do aprendizado, principalmente dando atenção às populações mais vulneráveis e com menos acesso aos equipamentos e instrumentos necessários para a educação de qualidade.

METODOLOGIA

⁷ O trabalho é resultado do empenho das extensionistas e professora orientadora do Projeto de Extensão Dificuldades de Aprendizagem da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande.

Este estudo consiste em uma revisão sistemática integrativa de literatura, a qual representa uma abordagem de pesquisa que envolve busca, avaliação crítica e síntese das evidências existentes sobre o tema analisado. Esta abordagem tem como propósito fornecer informações atualizadas sobre o conhecimento relacionado ao tema em estudo, assim como a facilitação da execução de práticas na área e a identificação de lacunas que indicam a necessidade de novas investigações científicas (Mendes Kdf *et al.*, 2008).

Foi realizada uma busca detalhada de produções científicas, tendo como base de dados o LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), o qual possui a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e o Index Psicologia-Periódicos. De maneira a encontrar publicações voltadas para o tema de estudo, foram aplicados os seguintes descritores: “aprendizagem”, “covid-19”, “crianças”, “adolescentes”. Como critério de inclusão, foram selecionados os artigos filtrados pelos termos “Covid-19”, “Aprendizagem”, “Isolamento social”, “Ensino”, “Criança”, “Pandemias”, dos quais foram produzidos entre os anos 2020 e 2023. Para a pesquisa, foram selecionadas as línguas português, espanhol e inglês. Foram excluídos da revisão os artigos cujos títulos e resumos não condizem com o tema em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do que foi exposto acerca da pandemia de Covid-19 que acometeu de maneira global a realidade de milhões de pessoas, faz-se de extrema relevância considerar os impactos negativos interligados ao isolamento social, o qual foi assumido no intuito de frear o quadro de contaminação massivo que se alastrava. Desta maneira, partindo da perspectiva dessa faixa etária supracitada que não se enquadra no centro dos riscos, pois com base em artigos revisados, estes apresentam menor prevalência de comorbidades em relação a adultos, pois possuem menor expressão do receptor ECA 2, um sistema imune mais eficaz e ausência de imunossenescência, conseqüentemente, as crianças possuem sintomas mais leves e melhores prognósticos quando comparadas a outras idades mais elevadas (Ghosh R *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

No entanto, ainda que diante de uma realidade não tão preocupante para os jovens quanto ao vírus que se disseminava, alguns pontos de alerta foram acionados devido ao fato destes sofrerem constantemente com os impactos psicossociais da pandemia, o qual acarretou problemas no desenvolvimento, e aqui ressalta-se que a interação social é muito importante no desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos durante a infância e a adolescência. Portanto, segundo especialistas, a privação social imposta pelo distanciamento provoca uma

“tempestade perfeita” para a saúde mental (Danese A e Smith P, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022). Nesse sentido, crianças e adolescentes são as faixas etárias mais afetadas (Ghosh R, *et al.*, 2020; Orben A *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

Sendo assim, pelo fato de a adolescência ser um período marcado pela necessidade constante de interação com pares, o distanciamento social durante a pandemia provocou o rompimento dessas interações e expôs os adolescentes a inúmeros fatores de risco para psicopatologias, como: incerteza sobre o futuro, mudança abrupta de rotina, doenças mentais dos pais, problemas financeiros, entre outros (Danese A e Smith P, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022). Consequentemente, quadros de ansiedade, depressão, hiperatividade, aumento da agressividade e estresse pós-traumático são apenas alguns exemplos dos impactos psicossociais que serão experienciados a curto ou longo prazo (Orben A *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

Para além disso, levando em consideração a instabilidade emocional vivenciada pelos adolescentes e que é agravada no contexto da pandemia devido a uma exposição maior a estressores, há algo a se considerar nessa equação que são as relações negativas com pais e irmãos ou adolescentes que vivem sozinhos, que podem ser ainda mais afetados pelos efeitos do distanciamento social do que aqueles que possuem relações familiares positivas (Orben A *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

Dentro desse contexto, é possível analisar que a escola não representa apenas um local de aprendizagem, mas também é o local que proporciona liberdade, interação com pares, oportunidade de realizarem atividades físicas e lúdicas, noções de higiene e alimentação saudável. Mais do que isso, para crianças que vivem em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a escola é o local que proporciona suporte nutricional (Ghosh R *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

A efetiva relação prática entre o sistema de garantia de direitos e as ações de proteção social direcionadas a crianças e adolescentes ocorre por meio do estabelecimento de acordos, protocolos e fluxos de ação organizados em uma rede. Essa abordagem em rede visa fortalecer a proteção integral, como preconiza o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), prevenindo situações de violação de direitos e proporcionando respostas adequadas quando essas violações ocorrem. A diversidade nos contornos e modos de operar reflete a adaptação da rede às demandas e realidades locais, levando em consideração fatores como características populacionais, socioeconômicas e culturais específicas de cada comunidade ou região (Garcia, Lima, 2020).

A exclusão escolar tem como origem os contextos socioeconômicos e culturais, além das desigualdades sociais reproduzidas nas escolas. Limitações e demandas do cotidiano e também as vivências escolares são obstáculos ou motivos para que crianças e adolescentes em idade de escolarização obrigatória deixem de estudar. No entanto, além de ir de encontro à legislação vigente, tal exclusão nega o direito dessas crianças e adolescentes ao conhecimento sistematizado, ao desenvolvimento de habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo e à possibilidade de ampliar escolhas no presente e no futuro. O cenário pandêmico reafirma a vulnerabilidade da população na faixa etária de educação obrigatória e expressa a fragilidade das políticas públicas para a garantia de um direito fundamental: acesso à educação (UNICEF, 2021).

Além disso, o fechamento de escolas especiais e centros de cuidado afeta a rotina e o desenvolvimento de crianças portadoras de transtornos mentais. O transtorno do espectro autista, por exemplo, apresenta condições concomitantes, tais como, depressão, ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Assim, a falta de interação com pares e de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento podem resultar em regressão do quadro, aumento de problemas de comportamento e lesões autoprovocadas (Singh S *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

Outro fator de preocupação é o maior tempo de exposição de crianças e adolescentes às telas, já que essa é a primeira pandemia que ocorre dentro do contexto online. Desta forma, as aulas online e a impossibilidade de realizar atividades físicas ao ar livre deixaram as crianças cada vez mais restritas ao ambiente virtual (Ghosh R *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022). Essas tecnologias, juntamente com nenhuma ou pouca supervisão parental, podem deixar essa faixa etária vulnerável à violência digital e auto infligidas (Deslandes SF e Coutinho T, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

No entanto, a internet tornou-se o único meio disponível para que os adolescentes não rompessem por completo as interações com pares, ajudando a mitigar alguns efeitos gerados pelo distanciamento, como ansiedade, depressão e solidão. Apesar disso, a prolongada circulação em ambientes virtuais e a superexposição de si deixa os jovens vulneráveis à violência digital e autoinfligidas. A reprodução de desafios online, encontrados principalmente no YouTube, e revestidos em tom de “brincadeira” colocam em risco a saúde e a vida desses indivíduos (Deslandes SF e Coutinho T, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

Ademais, a sensação de incerteza gerada pela pandemia também foi um dos motivos que gerou raiva, depressão e ansiedade, devido a perda de contato com outras pessoas, a distância e o adoecimento ou morte de familiares e amigos. Segundo Danese A e Smith P (2020), a incerteza sobre o futuro, perdas traumáticas, informações insuficientes, problemas financeiros e doença mental dos pais deixam as crianças expostas a elevado nível de estresse. Como consequência, há piora da qualidade de vida, maior busca por alimentos que ativam centros de recompensa no cérebro, como alimentos ricos em lipídios e açúcar, ganho de peso e distúrbios do sono, como mencionado anteriormente (Almeida Can *et al.*, 2020 *apud* Costa *et al.*, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) A Evasão Escolar relacionada ao impacto socioemocional

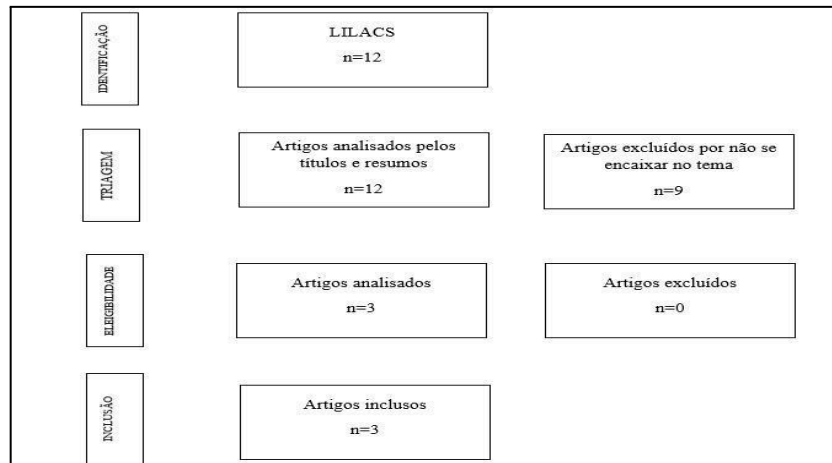
Diante da metodologia apresentada e através dos estudos dos artigos citados acima, aplicou-se as palavras selecionadas: “aprendizagem”, “covid-19”, “crianças”, “adolescentes”, escolhidas pelas extensionistas em congruência com a orientação da coordenadora do projeto de extensão, com o intuito de encontrar publicações voltadas para o tema da revisão de literatura integrativa. Portanto, como critério de inclusão, foram selecionados os artigos filtrados pelos termos “Covid-19”, “Aprendizagem”, “Isolamento social”, “Ensino”, “Criança”, “Pandemias”, os quais foram produzidos entre os anos 2020 e 2023.

De maneira contínua, para a pesquisa, foram selecionadas as línguas português, espanhol e inglês e, diante disso, foram encontrados 12 artigos utilizando a base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), especificamente, a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), considerando o tema estudado e os trabalhos não duplicados.

Ao inserir os critérios de inclusão e exclusão, 3 achados foram classificados, após aplicar o critério de duplicação, nenhum foi removido. Desse modo, transcorreram 3 artigos selecionados para análise e interpretação. Para essa revisão, os achados pertenciam a 2 principais classificações anuais, duas unidades em 2023; uma unidade em 2021.

A seleção dos artigos seguiu o roteiro indicado pelo fluxograma abaixo (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma utilizado para representar a revisão de literatura.



Fonte : Elaborado pelas autoras.

Para além dos critérios metodológicos e resultados encontrados, a conjuntura pandêmica impôs desafios relevantes ao paradigma educacional, ocasionando numa transição abrupta para modalidades virtuais. Essa realidade suscitou consequências que reverberam em lacunas de aprendizado e dissolução da coesão pedagógica existente anteriormente.

Ferra (2023) compreende os desafios sofridos no processo de ensino-aprendizagem e trajetória escolar foi tida como de grande relevância para o impacto no abandono escolar, uma vez que já trazia preocupações anteriores à pandemia, crescendo exponencialmente durante o período da Covid- 19.

O impacto socioemocional, por sua vez, incitou não apenas a necessidade de intervenções didáticas, mas também um arcabouço de suporte psicossocial para mitigar os efeitos adversos desse período crítico. Foi possível identificar experiências que descrevem efeitos e impactos do isolamento social na saúde mental dos alunos, especialmente com a mudança de rotina e a suspensão de atividades escolares presenciais (Ferra, 2023).

No estudo de Porto *et al* (2023) sobre o construto da motivação durante o período da pandemia, ressalta-se que 34,5% dos adolescentes da amostra se sentiam desmotivados. Ainda neste domínio, a maioria dos adolescentes com baixa motivação estavam em processo de adaptação (65,5%). Para os autores, a motivação é associada como uma estratégia pedagógica, nesse sentido, se pode compreender o impacto dos resultados negativos no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

No que diz respeito aos níveis de satisfação de adolescentes durante as aulas virtuais decorrentes do isolamento social, uma pesquisa realizada na Costa Rica por Brown-Mata *et al*

(2021) apontou que os maiores níveis de satisfação com o modelo de ensino adotado durante a pandemia foram observados em adolescentes que possuíam maior apoio de cuidadores, amigos e professores, indicando que as variáveis psicossociais e a satisfação estiveram altamente interligadas.

b) Exclusão escolar e marcadores sociais

Afim de consolidar uma perspectiva crítica e histórico-política, a qual esta revisão engloba, a exclusão escolar e violação de direitos das crianças e dos(as) adolescentes no recente cenário pandêmico, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, lei Federal nº 8069/90) será explorado de forma crítica a partir da revisão do artigo “Estatuto da Criança e do adolescente: 30 anos de proteção?” integrado na Obra “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente” (CEDECA, 2020). Somado a este, será explorado o material “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação” (2021) produzido pela UNICEF e realizado pelo IBGE, utilizando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, efetuada em 2019 e em 2020 com distintas coletas de dados (cenários de antes e durante a pandemia).

A proteção social de crianças e adolescentes no Brasil alcançou, ao passar dos anos, uma posição de relevância na distribuição das políticas públicas. Tais ações de proteção social têm tomado uma importante centralidade no debate político como uma das prioridades da chamada proteção integral, objeto central do Estatuto da Criança e do Adolescente (UNICEF, 2021).

Segundo Garcia e Lima (2020, p.32), tomando como base o artigo 4º do ECA, estabelece-se a proteção integral como princípio fundamental, implicando a responsabilização de diversos atores na garantia dos direitos dessa população. A rede de proteção social, que inclui serviços públicos, organizações da sociedade civil e família, tem o papel tanto preventivo quanto reparador. No entanto, a efetivação desse princípio enfrenta diversos obstáculos operacionais. Entre estes, estão a falta de recursos materiais e humanos, a escassez de serviços especializados, a inadequação dos equipamentos e infraestrutura dos programas desenvolvidos e a resistência política na alocação dos recursos necessários. Tais dificuldades comprometem a capacidade da rede de proteção em cumprir seu papel integral na promoção do bem-estar e dos direitos de crianças e adolescentes.

No Brasil, de acordo com a pesquisa referenciada produzida pela UNICEF (2021), crianças e adolescentes vivendo nas áreas rurais são os mais afetados pela exclusão escolar. No cenário de pandemia registrado em Novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo de

2020, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil. As crianças entre 6 e 10 anos vivendo em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste foram as mais atingidas pela exclusão escolar durante a pandemia em 2020. A precariedade das condições de vida nessas regiões, em especial nas áreas mais isoladas, preconiza a urgência de um olhar crítico estatal e social às carências desta população específica.

Sendo assim, a exclusão escolar possui específicos marcadores sociais, como contextos socioeconômicos e culturais. Na pesquisa realizada em 2019, em números absolutos, crianças e adolescentes de 4 a 17 anos autodeclaradas(os) pretas(os), pardas(os) e indígenas excluídos da escola somam 781.577, correspondendo a 71,3% de crianças e adolescentes fora da escola. Crianças e adolescentes com os mesmos marcadores são também a maioria dentre as(os) excluídas da escola durante o ano letivo de 2020. Além disso, é indicada uma alta relação entre pobreza e exclusão da escola. Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo per capita e 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo (UNICEF, 2021).

Dessa forma, torna-se nítida a necessidade de ativação e amplificação das políticas públicas de proteção integral às crianças e aos adolescentes, isto é, por meio da mobilização intersetorial, envolvendo a sociedade civil e as famílias. Ressalta-se a importância das políticas de transferência de renda, especialmente em contextos de exclusão escolar, evidenciando sua relevância ainda maior durante a pandemia.

O artigo publicado pela UNICEF (2021) também adentra na proteção contra a violência doméstica, a qual afetou inúmeras crianças e adolescentes durante os períodos de isolamento social, o que é apontado, também, como uma prioridade. Propõe-se a intensificação de campanhas de sensibilização e o fortalecimento de setores como assistência social e saúde para abordar a problemática. Além disso, destaca-se a importância de promover e manter a saúde mental, especialmente dos adolescentes, e a necessidade de evitar critérios subliminares e estruturais, como cor, etnia, classe ou gênero, que contribuem para a manutenção de desigualdades e a exclusão de segmentos da população do acesso à educação.

Logo, como discorre Garcia e Lima (2020, p. 29) tais formas de proteção são de responsabilidade ampla, embora caiba ao Estado a precedência em assegurar e prover tais direitos. Ainda que central no debate, a sua operacionalização enfrenta muitos percalços. Para a manutenção das lacunas legislativas e estruturais carregadas pelo social, é fundamental a noção das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, todos os direitos, inclusive,

direito ao respeito, à liberdade e à dignidade. Portanto, nenhuma criança ou adolescente deve ser objeto de discriminação, exploração, violência e opressão, dentre outros dispositivos, e qualquer destes devem ser injustificáveis socialmente, assim como legislativamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos estudos publicados sobre a vivência infantil e adolescente no contexto pandêmico, verificou-se desafios e impactos expressivos acerca da necessidade emergente de adaptação ao modelo educacional. A transição para o ensino remoto se revelou como um obstáculo considerável, acentuando ainda mais desigualdades invisibilizadas, sobretudo, no que tange às disparidades socioeconômicas no acesso à educação e a necessidade de políticas públicas.

A nova realidade revelou-se complexa, impondo a necessidade premente de adaptabilidade por parte de alunos e professores. Esses dados são revelados nos estudos sobre a importância da dinâmica pedagógica utilizada e a relevância dos construtos motivação e satisfação para construção do processo de ensino e aprendizagem, especialmente, durante o período pandêmico. Todos os elementos apresentados convergem para um ponto específico pautado na experiência educacional por parte das crianças e adolescentes ao longo da pandemia. Dessa forma, por meio da análise dos estudos publicados, torna-se inegável afirmar que houveram impactos sobre a vivência escolar das crianças e adolescentes.

Em síntese, a realidade pandêmica na educação, embora permeada por vicissitudes, também suscita a reflexão sobre estratégias inclusivas para assegurar uma convivência educacional equitativa na atualidade e no futuro. Nesse sentido, a superação dos desafios educacionais pós-pandemia demanda uma abordagem integrada e colaborativa entre instituições de ensino, governos e a sociedade como um todo.

Ainda, este estudo destaca a lacuna significativa na literatura existente, especificamente no que tange ao tema de crianças em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, evidenciando a escassez de pesquisas substanciais voltadas a essa população. A constatação da carência de estudos em evidência ressalta a necessidade premente de pesquisas adicionais para aprofundar a compreensão do fenômeno em questão. Nesse sentido, tais lacunas identificadas oferecem oportunidades valiosas para futuras investigações, incentivando a expansão do conhecimento e aprimoramento das práticas no campo abordado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabelle Lina de Laia; REGO, Jaqueline Ferraz; TEIXEIRA, Amanda Carvalho Girardi *et al.* Social Isolation and Its Impact on Child and Adolescent Development: a Systematic Review. **Revista Paulista De Pediatria**, v. 40, n. 40, 2021. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8543788/>>. Acesso em : 19 jan. 2024.

BROWN-MATA, Gloriana et al. Teens' satisfaction with virtual classes in Costa Rica. **Rev. Costarric. Psic**, San José , v. 40, n. 2, p. 73-91, 2021.

COSTA, Ester Maria de Almeida; GOULART, Anna Laura Gomes; RIBEIRO, Victória Santos; OLIVEIRA, Iácara Santos Barbosa; BORGES, Amanda Aparecida; ALVES, Mateus Goulart; SANTOS, Edna Messias de Freitas; LENZA, Nariman de Felício Bortucan. Impacto da Covid-19 na vida de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 2, p. e9747, 21 fev. 2022.

DA SILVA, Merian Correia. Impactos da pandemia de COVID-19 na aprendizagem de crianças e adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e47611527837-e47611527837, 2022.

FERRA, Mayara Alvarenga. Saúde mental infantojuvenil e experiências de profissionais da educação no contexto da suspensão de atividades escolares presenciais na pandemia de Covid-19. 2023. 148 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FONSECA, Rochele Paz; SGANZERLA, Giovana Coghetto; ENÉAS, Larissa Valency. Fechamento das escolas na pandemia de Covid-19: impacto socioemocional, cognitivo e de aprendizagem. **Revista Debates em Psiquiatria**, 2020.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. **Unicef.org**, 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>>. Acesso em: 8 fev. 2024.

GARCIA, Joana; LIMA, Rodrigo. Estatuto da criança e do adolescente: 30 anos de proteção? *In*: PEREIRA, Pedro; SOUZA, Vera Cristina Pereira de; SILVA, Clayse Moreira. **30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA): 2020. p. 25 - 39.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1263-1267.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, 2008.

PACHECO, L. P.; HÜBNER, L. C. Como o distanciamento social em tempos de pandemia desafia os estágios iniciais da aprendizagem da leitura em crianças. **Signo**, v. 46, n. 85, p. 58-69, 6 jan. 2021.

PORTO, R. S. M. et al.. A motivação para aprender na adolescência e o ensino remoto emergencial. **Audiology - Communication Research**, v. 28, p. e2733, 2023.